

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº ____59__ /2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade de que 2% (dois por cento) da totalidade dos carrinhos de compras dos Hipermercados, Supermercados e estabelecimentos similares sejam adaptados às pessoas com deficiência e também às pessoas diagnosticadas com o Transtorno de Espectro Autista no âmbito do Município de Itaquaquecetuba.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA RESOLVE:

Art. 1º: No âmbito do Município de Itaquaquecetuba, os Hipermercados, Supermercados e estabelecimentos similares ficam obrigados a adaptarem e a destinarem 2% (dois por cento) da totalidade dos carrinhos de compras dos respectivos estabelecimentos às pessoas com deficiência e também às pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista.

Art. 2º: Para os fins desta lei, considera-se:

I – Pessoas com deficiência aquela que têm impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e;

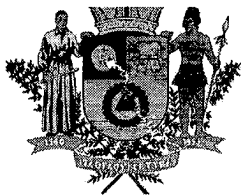
II – Pessoas com Transtorno do Espectro Autista aquelas assim definidas na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Art. 3º: Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão:

I – Ser comunicados de seu teor para conhecimento e cumprimento;

II – A ela se adequar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados, da data de sua publicação.

PROTÓCOLO 2125/2018 - 26/11/2018 16:22 - PROCESSO 2121/2018



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

Art. 4º: O não cumprimento dos dispositivos desta lei implicará ao estabelecimento infrator as seguintes penalidades e nesta sequência:

I – Primeira infração: notificação para se adequar à lei no prazo de 10 (dez) dias;

II – Segunda infração: multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) sem prejuízo de adequação imediata da lei;

III – Terceira infração: multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), e a partir desta data, multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o integral cumprimento das disposições desta lei.

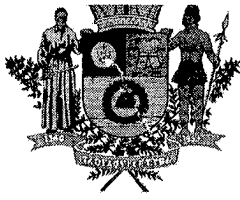
Art. 5º: O valor das multas previstas no artigo 4º desta lei deverá ser reajustado no ato do pagamento pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 6º: Os recursos arrecadados com a aplicação das multas de que trata esta lei serão destinados ao Fundo Municipal da Assistência Social, para fomento de programas sociais.

Art. 7º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Maurício Alves Braz, 26 de novembro de 2018.


ROGACIANO FERNANDES ALMEIDA
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma iniciativa para obrigar os supermercados e similares localizados em Itaquaquecetuba, a adaptarem 2% (dois por cento) da totalidade dos seus carrinhos de compra a pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista, a fim de oferecer total mobilidade e facilidade para que possam realizar suas compras dentro dos estabelecimentos.

É necessário enxergar as dificuldades que uma pessoa com deficiência encontra para exercer atividades simples do dia a dia e a dificuldade dos pais ou acompanhantes para levá-los em suas tarefas diárias.

Assim, desenvolver medidas que promovam a adaptação dessas pessoas ao nosso meio devem e precisam fazer parte da política social de um município.

A presente propositura baseia-se em nossa Constituição Federal, no inciso XIV do artigo 24, no que diz respeito a competência concorrente da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal na proteção e integração social das pessoas com deficiência. Concomitantemente, a Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dispõe no parágrafo 2º de seu artigo 55 que nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável.

Complementando a Lei que defende a inclusão da pessoa com deficiência, a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, afirma que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Em Itaquaquecetuba.

Assim, objetiva-se que tais medidas possam promover a inclusão e a melhor adaptação não só das pessoas com deficiência, mas também do autista às rotinas de seus familiares. A implantação resultaria na minimização dos transtornos que possam existir em tal atividade rotineira.